

Am Philoso Society



John Carter Brown
Library
Brown University

Como não se trata de contenda pública, nem de administração da Justiça, como fariam de publicas as Sentenças que se occorrem na obscuridade dos Cartórios; D. Bispo de S. F. de Cam. ra Viçosa pertence que o publico seja instruido da que no Juizo da Província das Capellas desta Corte não com os bens de Annunciantes e Desembargador João Paulo Figueria roa Nabuco de Araujo; e vem a ser o caso.

Litigando nesta Cidade Luiz Gago da Camara Silveira Viçosa, irmão da Annunciante com a Madre Julia Izabel da Camara sua Prima e Religioza no Convento de Santa Joanna da Cidade de Lisboa, sobre a Administração dos bens de hum Capella, que nesta mesma Cidade fora instituida por seus ascendentes, se compozerão ambos estes colligantes ao dito respeito por escritura de Transação, e amigavel composição, lavrada na Notta do Cartório em que hoje serve o Tabelião Manoel Marques, Perdigão aos 22 de Outubro de 1766: (representado ahi por parte da dita Madre Julia seu Procurador Bastante Carlos Manoel Gago da Camara) estipulando-se na mesma Escritura, que a dita Madre Julia teria somente em sua vida a Administração dos bens da Capella mencionada, e que esta por sua morte passaria ao sobredito Irmão da Annunciante Luiz Gago da Camara; ou a seus herdeiros, se elle já fosse fallecido; romando o dito Procurador da Madre Julia, Carlos Manoel Gago da Camara immediatamente posse da mesma Capella; e continuando a Administra-la, e cobrar os seus rendimentos em nome da sua Constituinte Madre Julia.

Correrão os tempos; e falleceo Luiz Gago Irmão da Annunciante, que em seu testamento a deixou por herdeira e Administradora da mencionada Capella, quando vagasse por fallecimento da Madre Julia; segundo com ella tinha transigido: mas como a Annunciante não sabia se era viva ou morta a Madre Julia, continuou o seu Procurador Carlos Manoel Gago da Camara (com consciencia de verdadeiro Procurador) a desfrutar a Capella como bens proprios; e morrendo este se meteu de posse na mesma Capella D. Maria Ferreira do Amaral sem titulo legitimo, Entretanto apparece Joaquim Manoel Gago da Camara, que habilitando-se como filho bastardo daquelle defuncto Procurador da Madre Julia Carlos Manoel tomou posse da sua herança, e consequentemente revindicou também a posse em que seu Pai estivera da mencionada Capella como Procurador, excluido a que endividamente tomara por seu fallecimento a dita D. Maria Ferreira do Amaral, com quem correo pleito, obtendo contra ella Sentença, que julgou por melhor a sua posse na Administração da Capella em continuação da que tivera seu Pai, de que aquella que clandestinamente tomara a sua contendora.

He depois desta Sentença que a Annunciante certa do fallecimento da Madre Julia, e com a sua intenção fundada no traslado da Escritura de composição celebrada por esta com seu Irmão Luiz Gago, e na verba do testamento deste que referindo-se a mesma Escritura chamava a Annunciante para a Administração da mencionada Capella, he depois desta Sentença, e a vista de taes documentos que a Annunciante propoz ao actual possuidor Joaquim Manoel Gago da Camara a Acção de Revindicação da Capella, que sem contradição lhe competia, pela dita Escritura celebrada entre a ultima possuidora Madre Julia, e seu Irmão Luiz Gago, e pela verba do testamento deste.

O Contender Joaquim Manoel, que nestes termos nenhuma defeza tinha que opor contra a Annunciante, depois das chicanas do Estilo de jurejurando, e lançamento, veio com hum Excepção de coiza julgado, e deo por prova da mesma Excepção unicamente a Certidão da Sentença que acima se diz obteve contra D. Maria Ferreira do Amaral, em que se lhe julgou o possessorio somente da Capella.

O Ministro julgou provada a Excepção a vista do dito Documento; condemnou a Annunciante nas custas em tresdobro, e ao seu Advogado em 6000 réis para as despesas da Relação, e suspensão de advogar no Juizo re a satisfação da multa; e na conclusão da Sentença diz que ha o Coligante Joaquim Manoel por legitima, competentemente empossado, e investido nos bens da Capella; como se a questão fosse de possessorio, e não de petitorio da Annunciante.

Conclue-se por tanto desta Sentença por 1.º que a Decisão da contenda entre Joaquim Manoel e D. Maria Ferreira do Amaral firma Excepção rejudicaro a favor daquelle contra quaesquer terceiros que julgarem ter direito a mesma Capella, e que estes devem ser condemnados nas custas em tresdobro, se intentarem porpor-lhe Acção.

A Annunciante espera a confirmação desta Sentença na casa da Supplicação (se por fatalidade ahi se confirmar) para aprender a sua custa então, que as Sentenças proferidas entre duas partes induzem Excepção de coiza julgada contra 3.º, que nelles não foi ouvido, e que de ora em diante não he mister que se dem mais os trez requisitos de identidade de Pessoas coiza, e Acção de pedir, para que procedão as Execções de coiza julgada!..

assignada D. Brisida da Silveira Camara Viegas.

RIO DE JANEIRO 1824. NA OFF. DO DIARIO

Febrer 23. 1824

*Memoria da violencia praticada pelo Governador de
Benguella João Antonio Pusich, contra o Al-
feres Joaquim Lopes dos Santos.*

SE em todos os tempos o insulto feito ao Cidadão fiel as Leis he huma offensa contra o sagrado Direito da sua segurança individual, torna-se sem duvida alguma muito maior este insulto quando he feito por hum sacrilego abuso d'aquellas mesmas Auctoridades constituídas em defeza do Cidadão. Na época presente, em que se trata da reforma do grande pacto social, e as Constituições promettem reimpossar os povos na plenitude dos seus direitos politicos, o crime da Auctoridade insultadora fica sendo mais horrivel, como directamente offensivo da harmonia civil, que se procura estabelecer. Temos porém visto a summa difficuldade com que alguns individuos, agentes do antigo systema, entrão nesta mudança; porque conhecem que ella vai contra os seus interesses, e que diante do novo Codigo ser-lhes ha impossivel perpetrar os attentados, que atrevidamente praticavão no meio dos povos, que deverião vigiar, conter, e proteger. Todos sabem perfeitamente que em geral os povos padecião gravissimos vexames, e que, sempre terrorisados pela ameaçadora prepotencia das Auctoridades, gemião sem se queixarem, e quando tinhão algum respiro para representarem suas afflicções aos Augustos Chefes da Nação, suas vozes expiravão debaixo dos porticos Reaes abafadas por malignos Cortezãos, ou, o que era mil vezes peor, mandava-se informar aos mesmos Auctores da desgraça do Cidadão flagellado, e assim se lhes abrião os caminhos para se desafrontarem com informações falsas, feitas segundo os seus caprixos, e nunca veridicas. appareceo no Governo de Benguella João Antonio Pusich com carta de Governador d'aquella Provincia, e com elle apparecerão igualmente a mais sordida ambição, o mais insultante Despotismo, o mais sedento Peculato, a desgraça em fim, e a perseguição daquelles povos; que ou se deverião curvar como vis escravos diante das suas arbitrariedades, ou gemerem em masmorras lutando com a incerteza, ou da morte, ou da proscripção. Em huma Provincia d'Africa distante immensas legoas do ceatro da Suprema Auctoridade quem poderia resistir á hum Governador sem moral, sem virtude, e capacitado de que a sua Lei regulamentar era *sic volo, sic jubeo*? Multiplicarão-se as dilapidações, reproduzirão-se os mais escandalosos excessos, investirão-se os direitos da Fazenda Nacional, encherão-se as priziões, maldou em fim de face a Provincia, e os Cidadãos se considerarão como os infelizes habitantes de Constantinopla, esperando o cordão fatal, ou o alfange, e o algóz. Os roubos feitos a particulares, e á Fazenda Nacional, durante cinco mezes que durou o pessimo governo daquelle Despota, sobirão além de 16 contos de réis; não entrão aqui as avultadas sommas, que por diversos titulos davão aquelles, que comprão o socego com o seo dinheiro, porque estes sempre se callão, e se julgão mui afortunados vendo-se em paz quando gira a persiguição. Achava-se em Benguella o Alferes Joaquim Lopes dos Santos, natural do Rio de Janeiro d'onde se passou em 1807 á aquella Provincia com vistas de ali se estabelecer, e assentar huma casa de commercio. Sua conducta, sempre igual, sempre dirigida pelos principios da honra, lhe conciliou a estimação d'aquelle povo hospitaleiro, e em pouco tempo pela idéa de alguns talentos elle foi obrigado a exercer o Officio de Escrivão da Fazenda Nacional, de Administrador do Correio Maritimo, e de Escrivão dos Despachos dos Navios. Era impossivel que a insaciavel ambição do Governador não viesse conhecer sua generosidade, ou melhor se elle quizeria entrar em o numero d'aquelles que accedendo ás suas supplicas de dinheiro ficavão a abrigo das suas violencias; recusou prestar o referido Lopes dos Santos, e desde esse momento ficou jurado a sua vingança. Quando o Cidadão nivella sua conducta pela Lei, ainda que seja victima de hum Tyrano e despojado de seus cabedaes nunca poderá ser privado da gloria de ter vivido com honra circumscripção na orbita de seus deveres; Sabia mui bem o abaixo assignado que tinha contra si a indignação do Governador; mais illustrado que Damócles via o punhal suspenso sobre sua cabeça, mas tendo a seu favor o testemunho de sua consciencia esperava sem tremer o seo destino. Chegou o momento: no dia 8 de Agosto de 1823 foi o abaixo assignado como

seu poder todas as Attestações necessárias de boa conducta, exacção, e prestimo durante o seu emprego na Secretaria da Intendencia, como Official e Interprete; e que se requereu a Demissão do Lugar, foi por lhe parecer desairoza a conservação de hum Lugar Publico aonde elle foi tratado tão mesquinamente, tendo sempre cumprido os seus deveres, e sujeitando-se até a servir lugares que jámais lhe poderião pertencer.

CB
P0539
1810
1
1-SIZE
VI

REQUERIMENTO.

SENHOR.

Diz Luiz Sebastião Fabregas Surigué, que achando-se desde 19 de Agosto de 1823 empregado em a Secretaria da Intendencia Geral da Policia na qualidade de Interprete e Official della, e tendo servido desde o seu ingresso até meado do mez de Maio proximo passado, teve então o grave desgosto, e desairoza semaboria de se ver quasi que insensivelmente envolvido na embrolhada que deo occasião á Portaria do Ministerio da Justiça de 19 de Maio de 1824, que por isso que já foi levada á Augusta Presença de V. M. I., torna inutil nova exposição, visto que nella teria o supplicante de replicar contra a maneira pouco decente, e menos liza com que se procurou indispor o Animo de V. M. I. contra o supplicante: E como que em huma tal situação, e á vista da educação do supplicante, e sua constante conducta, se torna inconsistente com o seu modo de pensar, e de orçar as vantagens e interesses desta vida, continuar a servir no Lugar onde teve de experimentar tão sensível dissabor; — Pede a V. M. I. Se Sirva Ordenar se lhe dê demissão do Lugar de Interprete e Official da Secretaria da Policia, Lugar nunca por elle requerido, e que lhe havia sido conferido pela muito reconhecida concorrência de circumstancias, de prestimo, e boa conducta, reservando-se o direito de se offerecer a V. M. I. para bem do Serviço Nacional, e na extensão das suas forças, protestando humildemente contra a maneira verdadeiramente desabrida, com que se procurou aggravar na Presença de V. M. I. hum simples desforço contra o augmento de Serviço Oneroso e com cláusulas desairosas, como se jámais fosse, ou tivesse sido necessario, estimular o supplicante no desempenho de seus deveres, desempenho não só publico e notorio, como attestado pelas Autoridades com quem lhe coube servir. Roga, por tanto, a V. M. I. Se Digne Ordenar se dê ao supplicante a demissão requerida. E R. M.

Luiz Sebastião Fabregas Surigué.

RIO DE JANEIRO 1824. NA TYPOGRAPHIA DE TORRES.



